

MODOS DE PRODUÇÃO: DO COMUNISMO PRIMITIVO AO SISTEMA DE CLASSES E A DECORRENTE PRECARIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA¹

MODES OF PRODUCTION: FROM PRIMITIVE COMUNISM TO THE CLASS SYSTEM AND THE RESULTING PRECARIOUSNESS OF THE WORKING CLASS

Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz
Doutorando em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais

Ricardo Alexandrino Garcia
Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar uma discussão a respeito dos modos de produção, desde a abordagem teórica sobre o significado do conceito até sua categorização histórica e contextual, partindo daquilo que se compreende enquanto comunismo primitivo até o capitalismo. Para que o objetivo seja correspondido, opta-se por utilizar, enquanto metodologia operacional, a revisão bibliográfica narrativa, que possibilita uma maior amplitude teórico-referencial a respeito do tema, o qual necessita de uma visada holística que abarque a sua complexidade. Os modos de produção se estabelecem como formas de estruturação social da espécie humana e, ao longo da história mapeada de nossa espécie, sofre alterações intrínsecas ao modo de significarmos a realidade socialmente.

Palavras-chave: Sistema Capitalista; Marxismo; Classe trabalhadora.

ABSTRACT

This article aims to discuss the modes of production, from the theoretical approach to the meaning of the concept to its historical and contextual categorization, from what is understood as primitive communism to capitalism. In order to meet the objective, it was decided to use a narrative bibliographic review as an operational methodology, which allows for a greater theoretical and referential amplitude regarding the theme, which requires a holistic view that encompasses its complexity. The modes of production are established as forms of social structuring of the human species and, throughout the charted history of our species, undergo intrinsic changes to the way we socially mean reality.

Keywords: Capitalist System; Marxism; Working Class.

INTRODUÇÃO

A percepção de que os sujeitos de nossa época têm mantido cada vez mais relações não com outros sujeitos, e sim com objetos é o ponto de partida da crítica de Baudrillard (1995) ao que se convencionou chamar ‘sociedade de consumo’. Ainda que consumir além do necessário consista em uma prática humana milenar e universal, na sociedade de consumo ela se torna imperiosa, definindo inclusive um estilo de vida, a saber: o do consumo prestigioso, atrelado à distinção social. Esse estilo se define pela abundância de produtos, serviços e bens materiais à disposição de nossos contemporâneos e tem como consequência o desperdício, que faz com que nossa sociedade seja qualificada como a “civilização do caixote de lixo” (BAUDRILLARD, 1995, p. 38).

¹ Palavras iniciais, Modos de produção: do comunismo primitivo ao sistema de classes e a decorrente precarização da classe trabalhadora. O presente artigo faz parte da pesquisa A produção social e tecnológica do trabalho (in)formal na rede de reciclagem no estado do Rio de Janeiro, em andamento no curso de Doutorado em Geografia — Programa de Doutorado em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ocorre que, devido ao consumo em excesso e à obsolescência calculada dos objetos, temos produzido resíduos na atualidade como nunca antes. As estatísticas apontam para a produção mundial de cerca de 2 milhões de toneladas de resíduos por dia e aproximadamente 730 milhões de toneladas por ano (WEB-RESOL, 2014).

Em vista do que se propõe e da linha de raciocínio a qual persegue, este artigo estabelece como principais objetivos: (1) traçar um panorama histórico sobre os modos de produção e as formações sociais que lhe são correlatas, pavimentando o caminho até a formação da sociedade capitalista; (2) discutir a divisão da sociedade em classes sociais por efeito do lugar que os indivíduos ocupam na rede de produção e; (3) abordar a precarização do trabalho à vista da sede por lucros.

Este texto tem ainda como propósito auxiliar na compreensão a respeito da metodologia denominada ‘revisão narrativa’, que consiste na leitura e síntese crítica de referencial teórico correspondente ao fenômeno ao qual se pretende refletir, segundo uma perspectiva mais ampla e, de certo modo, que visa a corresponder à necessidade de se preservar as múltiplas formas de se observar e analisar um mesmo recorte de pesquisa.

A metodologia em questão corresponde ao escopo amplo das ‘revisões bibliográficas’, ou ‘revisões de literatura’. Segundo Vosgerau e Romanowski (2014), as revisões bibliográficas (ou de literatura) têm como foco o levantamento das produções, sejam acadêmicas, sejam no campo da divulgação (como jornais, revistas, vídeos), que colaborem com o olhar específico sobre determinada temática. As autoras destacam, em seu texto, que as revisões desse tipo devem ser organizadas segundo a fonte, acadêmica ou de divulgação, para que, a partir da correlação entre as fontes, seja estabelecido um panorama geral daquilo que se tem produzido enquanto reflexão sobre os fenômenos estudados. A partir do levantamento dos objetos, são utilizados métodos de aprofundamento, para que se realizem análises críticas sobre o que foi encontrado, tal como se faz com a metodologia escolhida para o estudo proposto no presente artigo, a revisão narrativa. Como argumentam Vosgerau e Romanowski (2014), esse termo é amplamente utilizado nas ciências da saúde; aqui, porém, optamos por utilizá-lo, “(...) por permitir estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 170).

Desse modo, optou-se por buscar na literatura clássica marxista, bem como nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais, discussões que apontam para o desenvolvimento dos modos de produção na sociedade, para o estabelecimento do modo capitalista e para a precarização do trabalho e, por suposto, da classe trabalhadora como característica intrínseca ao capitalismo. Longe de apontar para o esgotamento daquilo que se tem refletido a respeito da temática proposta, este texto surge no caminho contrário, identificando a necessidade de ampliação de discussões afins, dada a forma complexa que o modo de produção atual assumiu, segundo as múltiplas relações e a interface das diversas estruturas de opressão, tal como a de classes.

Esse levantamento, realizado em bases de dados bibliográficas como Scribd, SciELO, LibGen, e Google Scholar, baseou-se em descritores como modo de produção, formação social, relação de produção, capitalismo, sistema capitalista de produção, Estado capitalista, estratificação social, classe social, sociedade de classes, precarização do trabalho, precarização da classe trabalhadora, consumo, relação de consumo e sociedade de consumo. Optou-se por dar ênfase a estudos de cunho marxista, posto que é nessa linha de pensamento que se situa este estudo. Ademais, considerou-se publicações clássicas, de pensadores como o próprio Karl Marx e seus seguidores, e obras de autores consagrados, como os já mencionados Ricardo Antunes, Nicos Poulantzas, Eric John Hobsbawm e seus principais comentadores.

Este artigo está organizado em duas seções: na primeira, são descritos os principais modos de produção e suas respectivas formações sociais no curso do desenvolvimento da história da humanidade, preparando o terreno para a discussão sobre a formação social

específica do modo de produção capitalista. Já a segunda seção se ocupa da estratificação social no capitalismo e da precarização da classe trabalhadora, de modo a compreender o posicionamento de certos grupos na hierarquia social por efeito do lugar que ocupam na rede de produção.

Este trabalho é norteado pela linha de pensamento denominada materialismo histórico. Nesse seguimento, orienta-se pela premissa de que a história resulta da determinação de condicionantes culturais, políticos, ideológicos etc., não sendo possível compreender o agora sem olhar para as variáveis que o constituíram ao longo do tempo no curso do desenvolvimento de nossa civilização. É o que demonstraremos a seguir.

DISCUSSÃO

1. Modos de produção e formações sociais: dos regimes pré-capitalistas à sociedade capitalista

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

— Karl Marx

Toda atividade humana voltada para a transformação da natureza pode ser circunscrita pela palavra trabalho. É essa, aliás, a definição usual desse termo: a operação do ser humano sobre o meio com o propósito de adaptá-lo não só para satisfazer suas necessidades, mas também para garantir a sobrevivência de sua espécie (CABRAL, 2019). Em vista disso, pode-se dizer que não há neste mundo ser humano que não trabalhe, ainda que se possa escutar o contrário, por algumas atividades serem consideradas “menos trabalhosas” do que outras.

A noção que se tem hoje de trabalho não é nada parecida com aquelas que tinham nossos antepassados. O trabalho, vale dizer, nem sempre comportou uma positividade². Durante a Antiguidade clássica e a Idade Média, seu estatuto foi o de algo degradante para o indivíduo e inferior à vida contemplativa e ao exercício militar, que não eram tidas como atividades laborais. Foi somente na passagem do período medieval para a Idade Moderna, em meio ao crescente interesse dos intelectuais pelas artes mecânicas, que o trabalho passou a ser visto com outros olhos, tornando-se, inclusive, objeto de análise da filosofia, que passou a se debruçar sobre seu conceito (FERRATER MORA, 2001). Nesse mesmo período, o mundo viu despontar um dos maiores expoentes dos estudos relacionados a esse tema de que se tem notícia: o filósofo e sociólogo Karl Marx, que, em meio a tantos achados, responde por aquele segundo o qual a divisão do trabalho determina (condiciona) as relações sociais de uma época (SANTOS, 2018).

Deriva dos achados de Marx a linha de raciocínio que se convencionou chamar de marxismo. Essa, buscando cultivar a historicidade da contribuição desse pensador, se apresenta como “(...) uma série de interpretações e acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas etc.” (NETTO,

² Nas primeiras civilizações humanas, a palavra *trabalho* só era utilizada para designar as atividades manuais, que exigiam esforço físico de quem as realizasse. Na Grécia antiga, essas atividades eram malvistas porque predominava no imaginário social a crença de que o manuseio de ferramentas podia acarretar deformações somáticas e psíquicas no manuseador. Entre os hebreus, atividades manuais, como o trabalho agrícola, eram consideradas infames porque eram tidas como uma forma de castigo — uma espécie de “reedição” da pena aplicada por deus a Adão e Eva, os ‘primeiros pecadores’ (FERRATER MORA, 2001).

2006, p. 75). Dito de outra maneira, trata-se de uma abordagem cujas conjecturas têm o dever de se manter alinhadas ao pressuposto da determinação, mesmo que isso exija um trabalho de mouro, uma vez que, ao induzir à ideia de uma linha contínua entre o pensamento de Marx e os projetos nele inspirados, tudo conspira para que os condicionantes históricos, culturais, políticos etc. sejam relegados no processo, empobrecendo a reflexão.

O marxismo, de acordo com Poulantzas (2019), abarca duas disciplinas, as quais, mesmo estando unidas, possuem diferenças que as destacam uma da outra: de um lado, temos o materialismo dialético, que “(...) tem como objeto próprio a produção dos conhecimentos, quer dizer a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento”; de outro, temos o materialismo histórico, cujo objeto é “(...) o conceito de história, através do estudo dos diversos modos de produção e formações sociais” (p. 15). Interessa-nos, neste artigo, os conceitos que se reúnem sob a égide do materialismo histórico, especialmente os de modo de produção e formação social, embora a consideração dessa disciplina não exclua a outra, uma vez que ambas se suplementam.

Em virtude dessa escolha, faremos um sobrevoo pelos diferentes modos de produção ao longo da história da humanidade, visando conhecer as formações sociais que lhes são correlatas. Nosso objetivo é pavimentar o caminho até o modo de produção que define a cena contemporânea, a saber, o capitalismo, para que, na seção seguinte, possamos discutir a estratificação que dele resulta. Esse passo é crucial para compreender, mais adiante, as condições de subalternidade e exclusão da classe trabalhadora.

2. A relação entre modo de produção e formação social

O materialismo histórico é um campo de investigação composto por uma série de conceitos fundamentais que conduzem suas análises. Dois deles são muito frequentes na obra marxiana, aparecendo pelo menos desde o prefácio de “Contribuição à crítica da economia política” (MARX, 1859/2008), a saber: os de modo de produção e formação social. Nesse trabalho, publicado originalmente em 1859, podemos encontrar um argumento que nos permite intuir a forma como a ciência de Marx aborda seu objeto, isto é, a realidade material. Reproduzamo-lo:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1859/2008, p. 47).

É possível depreender dessa passagem a aposta (ou mesmo a convicção) de Marx na determinação da organização social. Para ele, a forma como nossa sociedade se organiza (e nós reagimos a essa organização) é determinada pelos modos de produção. Esses modos de produção constituem, de acordo com seu ponto de vista, fatores indispensáveis para a produção social, a qual pode ocorrer tanto em micro quanto em macroescala (seja como consciência individual, seja como superestrutura social, respectivamente) (CABRAL, 2019).

Mas em que consistem esses modos de produção e como eles se entrelaçam às formações sociais? Conceitualmente, um modo de produção se define pelo conjunto de forças produtivas e relações de produção (CABRAL, 2019). Por força produtiva, entende-se a velha capacidade do ser humano de transformar a natureza direcionada para o processo de produção em larga escala. Como se sabe, os indivíduos perceberam que as utilidades necessárias para sua sobrevivência não eram fornecidas espontaneamente pela natureza. Eles aprenderam que

precisavam adquiri-las com seu trabalho, produzindo, com sua força, instrumentos que tornassem o processo menos penoso e mais versátil. Sua força, no entanto, podia ser empregada para produzir instrumentos que garantissem não apenas sua sobrevivência, como também a de outros sujeitos. É nesse ponto que se situam as relações de produção, pois “(...) o processo de produção supõe uma determinada relação não apenas entre a sociedade e a natureza, mas também entre os próprios homens” (SEGAL, 1945, p. 350). Não é sem motivo, portanto, que os modos de produção sejam confundidos, em certa medida, com a estrutura econômica da sociedade, posto que essa envolve produção, distribuição, circulação e consumo, que são característicos das relações de produção que os constituem (CABRAL, 2019).

Entretanto, os modos de produção não se resumem à estrutura econômica da sociedade. Cada um deles corresponde a uma totalidade que envolve também as estruturas política, jurídica e ideológica, que, articuladas umas às outras, determinam a superestrutura que delas deriva (POULANTZAS, 2019). Nesse viés, Poulantzas (2019) define modo de produção como “(...) uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como outras tantas instâncias ou níveis” (POULANTZAS, 2019, p. 17) formando “(...) um todo complexo com dominância, em última instância, do econômico” (POULANTZAS, 2019, p. 18). Para essa dominância, ele reserva o termo determinação, que diz respeito a:

(...) um tipo de relação no interior da qual a estrutura com determinação do todo comanda a constituição mesma (...) das estruturas regionais, designando-lhes seu lugar e distribuindo-lhes funções: as relações que constituem assim cada nível jamais são simples, mas sobredeterminadas pelas relações dos outros níveis (POULANTZAS, 2019, p. 18).

Isso significa, na perspectiva de Poulantzas (2019), que, ainda que a estrutura econômica domine os modos de produção em última instância, a dominância não lhe é exclusiva, podendo ser exercida por todas as outras estruturas. Talvez isso fique mais claro com o exemplo fornecido por Marx, do qual Poulantzas (2019) faz sua própria leitura, em seus termos: “(...) no modo de produção feudal, é a ideologia — na sua forma religiosa — que detém o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico nesse modo” (POULANTZAS, 2019, p. 18). Em outras palavras, embora a economia baseada na servidão tenha dominado o modo de produção do período feudal, ela não teria obtido êxito sem um discurso que justificasse a hierarquia existente entre servos e senhores. Esse discurso foi fornecido pelo condicionante ideológico daquela época: a Igreja Católica, que, alegando que a condição de vida servil era um propósito de Deus, fez com que os camponeses acreditassem que, se não se rebelassem contra o status quo, seriam recompensados em outra vida por todas as dificuldades que tiveram nessa.

É importante destacar que os modos de produção não existem senão como objetos abstrato-formais³ (POULANTZAS, 2019). Sua ‘existência concreta’, se assim podemos chamá-la, é obtida apenas na forma de formações sociais, as quais, vale frisar, podem envolver não apenas um, mas sim, vários modos de produção, ainda que um deles acabe exercendo dominância sobre os demais (CABRAL, 2019).

O conceito de formação social foi muito menos elaborado no marxismo do que o de modo de produção (GORENDER, 1980). As formações sociais, embora representem no plano concreto os próprios modos de produção, abrangem também as superestruturas, que correspondem ao conjunto das estruturas anteriormente mencionadas (econômica, política, jurídica e ideológica) (CABRAL, 2019). Nesse sentido, é possível defini-las como “(...) a

³ Objetos abstrato-formais são aqueles que, a rigor, não existem na realidade material. Tratar os modos de produção dessa maneira equivale a dizer que eles não existem empiricamente, isto é, isolados da produção social (GORENDER, 1980).

articulação necessária entre modos de produção e uma superestrutura” (GORENDER, 1980, p. 50). Nelas, o modo de produção dominante coexiste com a superestrutura que determina.

No curso do desenvolvimento histórico da sociedade humana, os modos de produção foram se modificando e, com isso, provocando mudanças também nas formações sociais vigentes em cada época (SEGAL, 1945). É possível destacar, da pré-história até a história mais recente, pelo menos quatro grandes modos de produção, todos eles correspondendo a uma formação social específica: nos primórdios da humanidade, encontramos uma forma rudimentar de modo de produção que definiu a sociedade comunista primitiva; na Antiguidade, tivemos o modo de produção escravista, que inaugurou a divisão social; na Idade Média, identificamos o modo de produção servil, determinante para o feudalismo; e, desde o início da Modernidade, conhecemos o modo de produção capitalista, marcado pelo trabalho assalariado. Vejamos como cada um deles se desenvolveu, tendo em vista que, embora tenha sofrido mutações, não há uma ruptura linear de um modo para outro.

3. Pré-história dos modos de produção e das formações sociais

Nas notas do Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1848/1998) mencionam uma forma primordial de sociedade em que não se pensava em qualquer hierarquia entre seus componentes. A sociedade comunista primitiva, como eles a designaram, corresponde à pré-história de nossa sociedade, sendo praticamente desconhecida por ter precedido a história escrita. O que se conhece, na verdade, são conjecturas baseadas em registros arqueológicos⁴. No entanto, pode-se afirmar que, nesse regime, o homem vivia ainda em estado selvagem. Aliás, foi nessa formação social que a civilização humana começou finalmente a se desenvolver até se tornar o que é hoje (SEGAL, 1945).

O comunismo primitivo encontrou seu apogeu durante a chamada revolução agrícola neolítica, a qual “(...) possibilitou a fixação dos grupos humanos no espaço, reduzindo a importância do mover-se [característico do nomadismo], e (...) constituiu uma mudança cultural inédita, (...) permitiu o controle do ser humano sobre o meio natural” (GHIDINI; MORMUL, 2020, p. 10). A principal característica desse regime foi a composição das primeiras comunidades humanas, que assumiram o formato de clãs. Esses clãs eram constituídos por centenas de pessoas, incluindo grandes famílias que conservavam algum grau de parentesco. Pela cabeça dos membros dos clãs, não se passava a ideia de propriedade privada, o que implicava na não divisão daquela sociedade em classes, formando, assim, uma unidade social. A economia, aliás, era regida por todos comumente e de modo comunitário. De modo geral, tudo se fazia em conjunto. É possível dizer, inclusive, que era esse o modo de produção vigente nesse regime: o trabalho comum a todos (SEGAL, 1945).

Conforme Ribeiro (2007), “a partilha econômica e a paridade política constituíam o caudal que regava a unidade [dessas comunidades] através da parceria. Pela partilha se garantia a coesão. Do oferecer se firmava o receber quando requisitado fosse” (RIBEIRO, 2007, p. 30). O individualismo, característico do nomadismo, foi cedendo paulatinamente lugar ao coletivismo, e isso porque esse novo estilo de vida garantia ao ser humano mais segurança, se comparado ao anterior (FREUD, 1930/2010). Não obstante, como argumenta Segal (1945):

O regime comunista primitivo foi necessário para a sociedade humana naquela época de desenvolvimento. Numa vida isolada, dispersiva, teriam sido impossíveis a invenção e o aperfeiçoamento das armas e dos instrumentos primitivos. Graças somente à vida coletiva, os homens primitivos puderam alcançar seus primeiros

⁴ Devido à ausência de registros históricos consistentes, Segal (1945) assinala que “os adversários do comunismo afirmam que o comunismo primitivo jamais existiu e a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes existem desde o princípio da vida social. Esforçam-se por demonstrar que a propriedade privada é inseparável da própria natureza do homem e não pode existir outra espécie de propriedade; e que a sociedade esteve sempre dividida em classes e uma sociedade sem classes é inconcebível” (SEGAL, 1945, p. 361).

êxitos na luta contra a natureza. A união, no “clã comunista”, constituiu, nessa época, sua principal força. (SEGAL, 1945, p. 355).

Nessa conjuntura, não havia espaço para a exploração do indivíduo pelo indivíduo. Isso se justifica, de acordo com Segal (1945), pelo fato de que “só é possível haver exploração quando um homem pode produzir meios de existência não só para si mesmo, mas também para outros. Unicamente sob tais condições um indivíduo viverá às custas do trabalho de outro” (SEGAL, 1945, p. 356). Esse não era o caso dos clãs, em que um mesmo trabalho não só era exercido por muitos, como também era distribuído igualmente entre todos.

Todavia, como a história nos mostra, o comunismo primitivo não prevaleceu. A sociedade comunista primitiva começou a ruir a partir do surgimento de novas demandas materiais⁵, as quais culminaram no que conhecemos hoje como propriedade privada. No entanto, outros fatores estão envolvidos no desmantelamento desse regime, dentre eles: a domesticação de animais e a substituição da caça pela criação, o que levou à primeira forma de divisão social do trabalho, introduzindo consigo a barganha entre os indivíduos; a expansão da agricultura mediante o desenvolvimento das forças produtivas, gerando fonte permanente e estável de alimentos de origem vegetal; e a invenção de novos ofícios, como a tecelagem e a fundição (SEGAL, 1945). Como pondera Segal (1945), “o posterior desenvolvimento das forças produtivas da sociedade primitiva (...) provocou a mudança das relações de produção até então vigorantes” (SEGAL, 1945, p. 357), o que, dito de outra maneira, significa que o estabelecimento de novos modos de produção provocou impactos naquela formação social primitiva, de modo que ela foi se transformando até perder totalmente suas características.

É importante assinalar que a concepção que se tem de comunismo primitivo é determinada pelo nível de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Isso equivale a dizer que esse conceito é anacrônico, baseado exclusivamente no repertório simbólico que desenvolvemos ao longo da história e temos hoje. Conforme Segal (1945), “seria um erro imaginar-se que os homens primitivos criaram esse regime conscientemente, pois ele se formou e se desenvolveu de maneira [...] alheia à vontade e à consciência dos homens” (SEGAL, 1945, p. 356).

Paralelamente ao desmantelamento da sociedade comunista primitiva, vimos o desejo humano de barganha aumentar consideravelmente. O ser humano não queria produzir mais apenas para si, mas também para gerar riqueza. Sozinho, no entanto, não era capaz de ampliar sua produtividade. Sua ambição, então, o levou a procurar outras forças produtivas, encontrando-as nos prisioneiros de guerra, que passaram a ser convertidos em escravos (SEGAL, 1945).

É digno de nota que, nas sociedades comunistas primitivas, existiam apenas dois destinos para os prisioneiros de guerra: morrer ou servir de alimento para o grupo vencedor. Se dentro delas não se pensava em utilizar esses sujeitos para o trabalho, era porque os instrumentos de produção que existiam até então eram limitados aos membros do clã. Mais tarde, no entanto, com o surgimento do ofício de fundição, o homem adquiriu a capacidade de produzir ferramentas que poderiam ser utilizadas não apenas por ele mesmo, como também por terceiros, fazendo surgir assim a escravidão (HARARI, 1945).

Por efeito desse novo modo de produção, que aos poucos foi se consolidando, uma nova formação social veio à luz: o Estado escravista, o primeiro modelo de sociedade de classes⁶, no qual indivíduos livres subjugavam outros que foram aprisionados. Segal (1945)

⁵ Em meio à derrocada do comunismo primitivo, assistimos ao aumento, em grande escala, da produtividade de trabalho, consequência direta do domínio do ser humano sobre o meio natural. A força de trabalho humano adquiriu a capacidade de produzir mais ferramentas do que as necessárias para a sobrevivência e a subsistência de cada produtor. Diante disso, o ser humano foi tomado pelo desejo de produtividade, que culminou na exploração de seus semelhantes (SEGAL, 1945).

⁶ Essa concepção não é unânime. Para Hobsbawm (1984/2000), enquanto as classes, em sua acepção objetiva, existem desde a desagregação da sociedade comunista primitiva, a sociedade de classes (bem como a

lembra que essa nova organização da sociedade deriva da divisão do trabalho possibilitada pela domesticação dos animais, que levou à permuta entre os indivíduos. Ele se apoia em Engels, para o qual “da primeira divisão social do trabalho nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (SEGAL, 1945, p. 359).

Ainda que seja um modo de produção repleto de ressalvas, o escravismo cumpriu, de acordo com Harari (1945), um papel progressista. Para ele, “baseadas na exploração do homem pelo homem ergueram-se as civilizações, a cultura, a arte e a ciência antigos e modernos” (HARARI, 1945, p. 223). Ocorre que o modo de produção escravista possibilitou o desenvolvimento e a terceirização das forças produtivas, limitadas até então ao indivíduo e a seu grupo social, e disso procederam os mais diversos avanços humanos e tecnológicos, conforme os recursos de cada época.

4. Modo de produção escravista

Toda sociedade de classes está, de certo modo, enraizada no escravismo. Essa formação social, aliás, pode ser considerada a primeira em que se assistiu à exploração do ser humano pelo ser humano, concomitantemente à criação de uma hierarquia social. Mesmo tendo sido substituída no curso da história, podemos encontrar vestígios dela nos modos de produção que lhe são posteriores, como o servil e o assalariado (HARARI, 1945). Ocorre que, paralelamente à diferença estabelecida entre indivíduos livres e escravos, surgiu a diferença entre ricos e pobres, a qual vem se atualizando desde então nas formas de desigualdade social experimentadas pelo homem ao longo do tempo, dentre elas a diferença entre burgueses (ou capitalistas, detentores dos meios de produção) e proletários (SEGAL, 1945).

Para além disso, a experiência mostra que existem ainda hoje grupos de trabalhadores que vivem em condição escravista. Ora, especificamente no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, muitos catadores de materiais recicláveis de rua costumam coletar os resíduos pelo território e trocar por meros insumos alimentícios. Trata-se de uma condição de trabalho análoga à escravidão, já que a única remuneração que os escravos recebiam por seu trabalho era de alimentos (BRASIL, 2003).

O escravismo marca a segunda divisão social do trabalho, a qual tem como característica a distribuição das atividades necessárias à manutenção da cultura entre os diferentes agrupamentos sociais. De acordo com Engels, citado por Segal (1945), “como um mesmo indivíduo não podia mais realizar sozinho um trabalho tão variado, efetuou-se a segunda grande divisão do trabalho” (ENGELS apud SEGAL, 1945, p. 360). Inicialmente, essa divisão foi representada pela separação entre trabalho artesanal e trabalho agrícola. No entanto, com o passar dos anos, ela foi se reeditando, resultando na supracitada cisão da sociedade em classes, a partir da apropriação do solo, que foi decisiva para o estabelecimento da propriedade privada. Tal divisão representa o último suspiro do comunismo primitivo, haja vista que:

A desproporção entre os bens dos chefes de famílias individuais destrói os antigos agrupamentos comunistas em todos os lugares onde se haviam mantido até então, e, com eles, desaparece o trabalho em comum, da terra, por conta das coletividades. O solo próprio para o cultivo é distribuído entre as famílias particulares, a princípio provisoriamente e mais tarde para todo o sempre. (ENGELS apud SEGAL, 1945, p. 360).

A sociedade escravista se desenvolveu paulatinamente. Segundo Segal (1945), a princípio, o trabalho de pessoas escravizadas era pouco empregado. Isso ocorria porque muitas famílias se recusavam a terceirizar seu trabalho, aplicando a força de seus próprios

integrantes para extrair da terra os insumos necessários para sua sobrevivência. Foi como consequência do desenvolvimento da barganha, mediante o crescimento da ambição humana, e do aparecimento do dinheiro que “(...) as pequenas explorações foram sendo absorvidas pelas maiores, que empregavam a mão de obra dos escravos” (SEGAL, 1945, p. 365). Ocorre que esses dois fatores deram origem a uma classe que não se ocupava da produção, mas apenas comprava e vendia as mercadorias na qualidade de intermediária. Essa classe — mais precisamente, a dos comerciantes — deu origem à terceira divisão do trabalho, caracterizada pela geração de lucro mediante o oportunismo de um grupo que aprendeu a revender por preços elevados produtos adquiridos a baixo custo de seus produtores. Nesse seguimento, como explica Segal (1945):

Os comerciantes aproveitavam-se do isolamento dos pequenos produtores em relação ao mercado. Compravam deles as mercadorias a baixos preços, revendendo-as a preços elevados. Exploravam, dessa maneira, os produtores e os consumidores. (...) do crescimento da produção mercantil e da circulação monetária resultou que, depois da compra de mercadorias por dinheiro, vieram os empréstimos e, com eles, os juros e a usura. (SEGAL, 1945, p. 365).

As dívidas acorrentaram os pequenos produtores, que, por não terem como pagá-las, tornaram-se escravos de seus credores. Essa situação os conduziu à ruína, tornando-os uma multidão de indigentes. Ora, devido aos empréstimos que não tinham como pagar, eles eram despossados de suas terras, as quais passavam a pertencer os ricos. Esses, com o auxílio do trabalho dos escravos, criavam latifúndios e exploravam os recursos naturais. Foi em decorrência do apossamento de terras por uma minoria que não tinha como cultivá-las sozinha que o escravismo atingiu o seu ápice (SEGAL, 1945).

No regime escravista, o escravo não era considerado outra coisa senão um instrumento: ele era um objeto, assim como uma ferramenta de trabalho, utilizado para facilitar a vida dos homens livres. Ele era propriedade exclusiva de seu amo, que podia tratá-lo como quisesse, inclusive matá-lo se julgasse necessário (SEGAL, 1945). As relações de produção que se estabeleciam eram as de dominação e sujeição, que tinham como representantes de cada um dos polos o amo e o escravo, respectivamente. Para cada senhor, havia um grande número de escravos, os quais tinham vida útil curta. Isso porque “(...) a exploração atroz de que eram vítimas acarretava sua inutilização em pouco tempo. Ao deixarem de ser aptos para o trabalho, eram mortos” (SEGAL, 1945, p. 367). Não é à toa que o Estado escravista alimentava conflitos quase que de maneira ininterrupta. Ora, como era das guerras que os escravos surgiam, era necessário que elas nunca cessassem para que eles não se tornarem escassos (SEGAL, 1945).

Do escravismo é possível extrair algumas lições sobre a divisão da sociedade em classes e a criação de uma hierarquia social, as quais se mantêm atuais mesmo nos dias de hoje. A principal delas é a de que, embora as forças produtivas tenham se desenvolvido, esse desenvolvimento só beneficiou um pequeno grupo. Para as massas, em especial a de escravos, significava penúria e privação. Como pondera Engels, citado por Segal (1945):

Sendo a base da civilização atual a exploração de uma classe por outra, seu desenvolvimento se faz, constantemente, por antinomias. Cada progresso na produção significa, ao mesmo tempo, um retrocesso para a classe oprimida, isto é, para a maioria da sociedade. Cada benefício para alguns é forçosamente um prejuízo para os restantes. Cada grau de emancipação atingido por uma classe é um novo elemento de opressão contra outra. (ENGELS apud SEGAL, 1945, p. 369).

Segal (1945) nos mostra, a partir do escravismo, como pode ocorrer a determinação do econômico sobre as demais estruturas, de que fala Poulantzas (2019). As demais estruturas, conjugadas, definem o modo de produção e a formação social, cabendo aos

próprios (modo de produção e formação social) retroalimentá-lo. Em suas palavras, “a escravidão foi, numa determinada etapa histórica, forma social necessária ao desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das forças produtivas serviu, por sua vez, como causa determinante do próprio regime escravagista” (SEGAL, 1945, p. 369). Esse é um clássico exemplo em que o econômico exerce a dominância no modo de produção que detém a hegemonia de uma época.

O regime escravista, no entanto, foi aos poucos perdendo seu papel determinante. Isso ocorreu porque, se em sua origem ele foi um fator de desenvolvimento das forças produtivas, com o passar dos anos se tornou o motivo da destruição delas. Como Segal (1945) explica, a decadência das forças produtivas parecia levar à ruína o regime econômico vigente. Nesse sentido, o escravismo deixou de ser economicamente sustentável. Ora, com a conquista de todos os outros povos através das guerras, não havia mais com quem comercializar. Entrava-se em um beco sem saída, em vista do qual era mais vantajoso voltar ao sistema de pequena produção.

Nesse seguimento, assistimos à desintegração dos grandes latifúndios, que voltavam a ser pequenos terrenos cultivados pelos chamados colonos. Esses colonos eram, em sua grande maioria, antigos escravos que recebiam um pedaço de terra para cultivar em troca do pagamento de um tributo ao proprietário do solo. Eles foram, segundo Segal (1945), os antecessores dos servos, os quais desempenhariam papel de suma importância no modo de produção que surgiria em seguida.

5. O modo de produção servil da sociedade feudal

Sucedânea do escravismo, a servidão foi o modo de produção hegemônico do período medieval, definindo a formação social que se tornou conhecida como feudalismo. Conforme Segal (1945), por volta do século V, durante a transição da Antiguidade para a Idade Média, a Europa se tornou cenário de guerras incessantes, as quais punham em xeque a produção no campo, que, para continuar existindo, dependia da proteção dos chamados chefes militares. Ocorre que, à medida que saíam vitoriosos dos conflitos que travavam, esses generais ganhavam dos reis uma parcela das terras que eles ajudavam a conquistar. Essas terras, que eles disponibilizavam aos camponeses para o cultivo e a criação de animais, ganhavam o nome de feudos e eles, os proprietários, de senhores feudais.

Segundo Segal (1945), os camponeses se tornaram dependentes dos senhores feudais. Isso porque, como acabamos de mencionar, os senhores feudais nada mais eram do que os chefes militares, os mesmos que protegiam a produção durante as guerras. Em troca dessa proteção, os camponeses se comprometiam a lhes prestar serviços diversos. Dessa forma, os camponeses se tornavam servos dos senhores feudais. Vale destacar que, embora não fossem homens livres, os servos podiam trocar de senhor se julgassem conveniente (SEGAL, 1945).

Conforme Pinsky et al. (1979), no regime feudal as relações de produção se desenvolviam em torno da terra, posto que repousavam sobre uma economia predominantemente agrícola. Cada pedaço de terra era disponibilizado aos camponeses por seu respectivo senhor feudal. A disponibilidade, entretanto, era apenas para usufruto e ocupação. Aliás, os senhores feudais, embora fossem os proprietários de suas terras, não tinham disposição absoluta do solo. Como Segal (1945) demarca, as terras continuavam sob o domínio dos reis. Elas permaneciam submetidas ao poder da monarquia, a qual tinha direito de arrecadar taxas fixadas sobre o que era produzido (PINSKY et al., 1979).

Ao dissertar sobre a base econômica do feudalismo, Pinsky et al. (1979) resumem as relações de produção dos feudos da seguinte maneira:

(...) uma parte dos trabalhadores — a maioria nas épocas de desenvolvimento típico — não goza de uma completa liberdade pessoal; não há “escravidão” (propriedade da pessoa), mas “servidão” (vínculo do camponês com seu amo — *homo proprius*)

—, e mais tarde com sua exploração — *adscribus glebae*); mas entre esses mesmos senhores, o sistema de propriedade está vinculado a um sistema de deveres (sobretudo os militares) para com a pessoa do superior. (PINSKY et al., 1979, p. 76).

Claramente, a formação social feudal consistiu em uma rudimentar sociedade de classes, a qual era composta por reis, senhores e servos, sem contar com o clero, que exercia influência política e econômica, determinando a conformação servil.

De acordo com Segal (1945), a produção dos feudos, inicialmente, tinha um caráter natural, com os produtos não sendo destinados à permuta, e sim à própria subsistência dos servos e dos senhores. Porém, com o desenvolvimento do mercado, representado pelo comércio, as coisas começaram a mudar. Foi esse fator, inclusive, que acentuou a exploração dos camponeses. Ora:

À medida que o comércio se ia generalizando, o senhor feudal podia adquirir maior quantidade de objetos de luxo e de armas para seus guerreiros e, em consequência, era levado a espoliar cada vez mais os camponeses que dele dependiam. Os tributos aumentaram e o trabalho gratuito (corveia) foi acentuado. (SEGAL, 1945, p. 378)

A exploração dos camponeses se agravou ainda mais com a formação dos poderes centralizados. Devido a isso, além dos tributos que pagavam aos senhores, os servos eram obrigados a se haver com outros impostos, que eram voltados à manutenção dos Estados feudais. À propósito da criação dos Estados centralizados, essa também foi consequência do mercado. Como descreve Segal (1945):

A fragmentação dos países em províncias independentes impunha obstáculos ao comércio, pois os senhores feudais estabeleciam tributos para o trânsito das mercadorias por seus feudos. Cada um deles tinha também o poder de cunhar sua própria moeda, além de muitos outros direitos. Por outro lado, o comércio era uma atividade sujeita a grandes perigos por causa das frequentes agressões das tropas feudais aos comboios de mercadorias. Por consequência, os comerciantes lutavam pela abolição da autonomia dos senhores feudais e, para isso, se aproveitavam das guerras entre eles, tomando o partido dos mais fortes para ajudá-los a submeter os demais. (SEGAL, 1945, p. 378–379)

É curioso o fato de que, desde muito, o mercado tem influído na exploração do ser humano pelo ser humano. Tanto na sociedade feudal quanto na sociedade escravista, que lhe antecede, foi o mercado, representando pelo comércio, que incentivou o abuso das forças produtivas, levando-as à exaustão. Especificamente quanto ao feudalismo, foi o mercado um dos fatores determinantes para a queda desse regime, como veremos a partir de agora.

6. Da interferência do mercado na sociedade feudal à instituição do modo de produção capitalista

Escrevem Pinsky et al. (1979):

A palavra feudal não é da mesma natureza que as palavras empregadas para designar a sociedade “escravista”, a “capitalista” ou a sociedade “socialista”. Nestes três casos, a palavra empregada designa o mecanismo social fundamental [e, por que não, de produção] (propriedade do escravo, propriedade do capital, propriedade social generalizada). “Feudalismo”, em troca, é uma palavra que se relaciona apenas com a superestrutura política desenvolvida na forma típica, na forma plenamente acabada da sociedade que se intercala entre a sociedade antiga — escravista — e a sociedade moderna — capitalista. É por isso que a palavra nem sempre parece adequada para caracterizar, por exemplo, a fase de formação ou a de decomposição deste tipo de sociedade, nem tampouco algumas de suas variações conhecidas (PINSKY et al., 1979, p. 76–77).

Os autores têm razão em seu argumento. Ora, o adjetivo feudal não qualifica o modo de produção desse período da história da humanidade. Embora diga algo da organização territorial, não obstante política, diz pouco das estruturas determinantes dessa formação social, que consistem nas estruturas ideológicas e econômicas. Talvez o predicativo que defina melhor esse regime seja ‘servil’, pois é o que abarca suas relações de produção, as quais, por terem sido alteradas no início da Idade Moderna, deflagraram uma nova configuração social e econômica.

Como assinalamos anteriormente, alicerçados em Segal (1945), a produção dos feudos tinha, a princípio, um caráter exclusivamente natural, com os produtos não sendo destinados à barganha, e sim à subsistência dos servos e senhores. Pinsky et al. (1979) acrescentam, porém, que, havendo sobras na produção, a barganha acabava sendo realizada, porém entre bens, sem propiciar a circulação do dinheiro. Ela ocorria, em termos marxianos, nos ‘poros da produção’ (MARX, 1857/1991). Foram nesses poros que se instalaram os primeiros comerciantes da sociedade feudal, já que, nessa formação social, a economia monetária não era fundamental.

De acordo com Segal (1945), os comerciantes tiveram um papel político importante durante o feudalismo. Aproveitando-se das guerras entre os senhores feudais, eles tomavam o partido dos mais fortes para ajudá-los a submeter os outros. Com isso, os pequenos feudos foram se aglomerando em Estados feudais centralizados. Nesses Estados, os produtores locais se viram ameaçados pela concorrência e, para detê-la, se organizaram em corporações, que tinham como finalidade impedir a introdução de novas formas de produção e combater as importações (SEGAL, 1945).

Segal (1945) aponta que a organização corporativa feudal se tornou um obstáculo para a produção mercantil, a qual estava progredindo com o comércio internacional. Não obstante, havia ainda a dependência dos servos, que limava as manufaturas⁷ de obterem mão de obra barata.

É digno de nota que o feudalismo surgiu correspondendo ao nível de evolução das forças produtivas. Porém, esse regime mesmo se pôs em contradição, ao limar as forças produtivas que se criavam com o desenvolvimento do capitalismo industrial, que vinha sobrepujar o capitalismo comercial e usurário. Foi nesse cenário que se irromperam as revoluções burguesas, as quais tinham a intenção de cumprir dois desígnios: abolir o regime feudal e abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo. Como esclarecem Marx, Engels e Lewis, citados por Segal (1945), “as forças produtivas, [dessa vez] representadas pela burguesia, rebelaram-se contra o regime de produção representado pelos proprietários dos latifúndios feudais e pelos donos de corporações” (SEGAL, 1945, p. 384). Essas revoluções, impulsionadas pelo desenvolvimento do mercado, puseram fim ao modo de produção feudal e instituíram um outro modo de produção: o capitalista.

O modo de produção capitalista desenvolveu-se com o surgimento da produção mercantil, que veio substituir a economia natural do sistema feudal. Embora sob os regimes escravista e feudal tenha, sim, existido a troca de produtos, esta não era destinada ao mercado. É no regime capitalista que assistimos à produção mercantil se converter em um modo de produção generalizado e dominante. Analisemos seus determinantes.

7. O modo de produção capitalista

O modo de produção capitalista começou a se desenvolver mediante o empobrecimento da nobreza europeia, devido aos gastos com guerras e à fuga dos camponeses para as cidades (CABRAL, 2019). Essas cidades, que recebiam o nome de burgos, eram habitadas por comerciantes, os quais se tornaram conhecidos como burgueses (COMPARATO, 2011).

⁷ Quanto às manufaturas, sua gênese se deve ao próprio comércio internacional, sobretudo quando este se estendeu para os países do Novo Mundo (ENGELS apud SEGAL, 1945).

Conforme Cabral (2019), por volta do século XIII, especialmente no norte da Itália e nas proximidades do Mar do Norte, os burgueses começaram a enriquecer ao se dedicarem ao comércio em larga escala. Ocorre que, em vez de apenas comprar produtos de pequenos produtores para revender a custo elevado, como faziam anteriormente, eles passaram a criar manufaturas e contratar camponeses para operá-las. Com isso, foi se desfazendo o antigo vínculo de servidão feudal, o qual foi substituído pelo contrato salarial. Paulatinamente, as oportunidades de trabalho aumentaram, o volume de dinheiro cresceu e o mercado de consumo se potencializou, fazendo com que as manufaturas tivessem que ser ampliadas e multiplicadas (CABRAL, 2019). Como detalha Engels (1945):

A burguesia lançou por terra a ordem feudal e levantou sobre suas ruínas o regime da sociedade burguesa, o império da livre concorrência, da liberdade de domicílio, da igualdade de direitos dos possuidores de mercadorias, e tantas outras maravilhas burguesas. Agora já podia desenvolver-se livremente o modo capitalista de produção. E ao chegarem o vapor e a nova maquinaria ferramental, transformando a antiga manufatura na grande indústria, as forças produtivas criadas e postas em movimento sob o comando da burguesia desenvolveram-se com uma velocidade inaudita e em proporções até então desconhecidas (ENGELS, 1945, p. 52).

Engels (1945) esclarece que, antes de o mundo conhecer o modo de produção capitalista, predominava, baseada na propriedade do trabalhador sobre seus meios de produção, a pequena indústria. Nela, os meios de produção eram meios de produção individuais, o que os levava a pertencer ao próprio produtor. Com o despontar do modo de produção capitalista, ocorreu a concentração e o desenvolvimento desses meios de produção individuais, o que fez com que eles se transformassem em poderosas engrenagens produtoras, as quais observamos ainda hoje, muitos séculos depois.

Para Cabral (2019), esse processo responde por grandes revoluções e mudanças nas esferas econômica, política e social, sobretudo a partir do século XV, dentre elas a Reforma Protestante, que diminuiu a influência ideológica da Igreja Católica, a formação de Estados nacionais, a Revolução Francesa, que introduziu ideais como os de liberdade e igualdade, e, com grande destaque, as Revoluções Industriais, que transformaram de vez a produção de mercadorias. Conforme Engels (1945), houve, nesse seguimento, a conversão dos meios de produção individuais em meios de produção sociais, só manejáveis por uma coletividade de homens: “a roca, o tear manual e o martelo do ferreiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual deu o lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários” (ENGELS, 1945, p. 53–54).

Diante disso, a própria produção se transformou, deixando de ser um conjunto de atos individuais para ser uma rede de produção operada por muitos: “o fio, as telas, os artigos de metal que agora saíam da fábrica eram produto do trabalho coletivo de um grande número de operários, por cujas mãos tinha que passar sucessivamente para sua elaboração” (ENGELS, 1945, p. 54). Todas essas variáveis fizeram com que, no século XIX, o capitalismo pudesse se apresentar de maneira estruturada e, no século XX, resultasse na formação de grandes indústrias, que não se restringiam apenas ao seu país de origem (CABRAL, 2019).

Segal (1945) assinala que o modo de produção capitalista fez com que a divisão social do trabalho se desenvolvesse amplamente. Ora, o móvel do capitalismo é o enriquecimento dos capitalistas, e isso só foi possível mediante a exploração da força de trabalho daqueles que cumprem tarefas em troca de uma pequena quantia de dinheiro, a qual designamos como salário. Nos termos ‘segalianos’:

(...) para alcançar a maior vantagem possível, cada capitalista (...) trata de aumentar sua produção, de intensificar a exploração de seus operários e de introduzir novas e mais perfeitas máquinas, a fim de diminuir o custo de produção e aumentar seu lucro” (SEGAL, 1945, p. 388–389).

Para Segal (1945), o capitalismo agrava a contradição própria de qualquer sociedade organizada de acordo com uma hierarquia social. Citando Karl Marx, “(...) o capitalismo ultrapassa em energia, exagero e eficiência a todos os sistemas de produção que o precederam — o escravagista e o feudal — baseados diretamente no trabalho forçado” (MARX apud SEGAL, 1945, p. 389). Esses apontamentos são pertinentes à discussão que iniciaremos sobre a sociedade capitalista classista.

8. Capitalismo e estratificação social: da formação da classe trabalhadora à precarização do trabalho

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta.

— Karl Marx & Friedrich Engels⁸

Em Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1998) defendem que, desde o início daquilo que conhecemos como história⁹, a sociedade tem se organizado por obra da oposição de forças antagônicas, que ganha contornos na luta de classes. Aliás, esse conceito, o de classe, constitui um fato curioso na obra marxiana, haja vista que Marx nunca chegou a formalizá-lo, empregando-o ainda em dois contextos distintos, nos quais ele também assumiu significados diferentes. Hobsbawn (2000) comenta que, em suas primeiras aparições, o conceito de classe buscava exprimir a ideia de conjuntos humanos que se reuniam de acordo com uma classificação orientada por um critério objetivo, o qual se tratava da forma como os homens se relacionavam com os modos de produção. É nesse sentido que a noção de classe aparece no escrito marxiano supracitado, transmitindo a ideia de “(...) agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal e, como argumentaria Marx, até o triunfo da revolução proletária” (HOBSBAWN, 2000, p. 34).

Diferentemente desse primeiro significado, o outro leva em consideração um elemento subjetivo na definição de classe: a consciência de classe. Dentro do materialismo histórico, a consciência é inseparável da ideia que se faz de classe. Como argumenta Hobsbawn (2000), “uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal” (HOBSBAWN, 2000, p. 34).

Essa distinção é importante porque, embora falamos anteriormente sobre sociedade de classes em regimes pré-capitalistas, como nas formações sociais escravista e feudal, ela não era uma realidade conscientemente experimentada, ou seja, não havia a mesma consciência que se tem hoje da existência de tal organização social. Hobsbawn (2000) inclusive pondera que:

(...) no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido vivenciada diretamente, enquanto nas épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis. (HOBSBAWN, 2000, p. 37).

Seguindo essa premissa, na próxima seção será realizada uma abordagem da sociedade de classes a partir da instituição do modo de produção capitalista. Considerar-se-á a divisão social que se instaurou entre os detentores dos meios de produção — os burgueses —

⁸ (MARX; ENGELS, 1998, p. 7–8).

⁹ Trata-se aqui da história escrita, que não leva em consideração a pré-história, cujos registros que se tem são, em sua maioria, de cunho arqueológico.

e os donos das forças produtivas, que as oferecem em troca de um salário — os proletários. Nessa seara, atentar-se-á a outro ponto forte da discussão levantada por Hobsbawm (2000), segundo o qual, ainda que a ideia de classe proletária possa hegemonizar e homogeneizar outras classes, não se deve deixá-las invisibilizadas.

9. Entre a detenção dos meios de produção e a venda da força de trabalho

Com o surgimento do capitalismo, o trabalhador perdeu o controle sobre como e o que produzir. Esse modo de produção foi responsável por mudanças radicais nas relações entre os indivíduos — mudanças essas que vigoram até os dias de hoje. Loch e Correia (2004) assinalam que:

Nos primórdios do capitalismo, a organização do trabalho era de domínio dos trabalhadores que detinham a concepção e a prática de seus ofícios o que, em analogia ao conceito marxista de trabalho, faz pressupor que o trabalhador tinha autonomia sobre o processo de seu trabalho e a este não era alheio. Entende-se que a autonomia sobre o processo de trabalho gerava maior potencial de flexibilidade no processo de produção: da escolha da matéria-prima, da adaptação ao método de execução, do ritmo de produção como também da comercialização dos produtos fabricados. (LOCH; CORREIA, 2004, p. 6).

Qual é o marco que determina a origem do capitalismo? Alguns historiadores alegam que, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, ocorreu uma mudança no estatuto das propriedades feudais, pela qual as terras passaram a ser arrendadas e a mão de obra, a ser remunerada com um salário (ANDRADE, 2020). Seguindo essa nova configuração, as mercadorias tiveram seu valor de uso diminuído. Isso porque, se antigamente as trocas aconteciam de acordo com a utilidade e a demanda dos objetos, com o advento do capitalismo os objetos passaram a ser trocados pela quantidade de mão de obra empregada em sua produção, a qual tem o lucro como único objetivo. Como explica Braverman (1987):

O trabalhador faz o contrato de trabalho por que as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se especificamente um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro (BRAVERMAN, 1987, p. 55–56).

A partir do século XVIII, com o grande número de terras adquiridas pelos proprietários burgueses, cresceu a concentração de poder pela burguesia, o que levou ao aumento da miséria daqueles que não possuíam a sua própria terra e que buscavam sobreviver através do seu trabalho. Buscando meios de subsistência, os trabalhadores migraram de suas residências para os arredores das fábricas, o que iniciou o fenômeno do crescimento da população operária. As condições de vida dos operários e de suas famílias eram precárias, com moradias pequenas, sem as mínimas condições de habitação, higiene e salubridade. O salário não era suficiente para manter ou mesmo para garantir o sustento da família, o que fez com que mulheres e crianças de pouca idade também fossem obrigadas a trabalhar. Assim, como destaca Braverman (1987):

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de restrições legais, tais como servidão ou

escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 54–55).

À vista dessa separação entre os que detém os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, conhecemos a organização social classista do modo de produção capitalista. Trata-se de uma forma de divisão social do trabalho que se mantém viva até os tempos mais recentes.

10. Capitalismo e sociedade de classes

Como vimos na seção anterior, as sociedades humanas sempre foram segmentadas: escravos e homens livres, servos e senhores, explorados e exploradores. Pode-se dizer, nesse sentido, que elas passaram por um processo ao qual se dá o nome de estratificação social e que consiste na disposição hierárquica dos indivíduos em uma escala (SILVA, 1981). Esse processo, segundo Costa Pinto, citado por Silva (1981), é responsável pela produção das classes sociais, especialmente em meio ao modo de produção capitalista.

Conforme Silva (1981), as classes sociais, seguindo critérios objetivos, consistem em camadas de indivíduos que se diferenciam pela posição que ocupam na rede de produção. Elas, é importante dizer, não existem de maneira isolada, estando sempre em interação uma com as outras, mesmo que seus componentes se situem em locais diferentes. Isso faz com que se produza um sistema de classes que é parte integrante da formação social capitalista. É importante dizer que esse sistema não é estático, transformando-se conforme as mudanças que a própria formação capitalista experimenta (SILVA, 1981).

De acordo com Cabral (2019), Karl Marx considerava que as classes sociais eram caracterizadas por sua posição no processo de produção, sua relação com o sistema de propriedade. No capitalismo, ele identificou duas grandes classes: a dos burgueses (ou capitalistas), detentores dos meios de produção, e a dos proletários, que vendem sua força de trabalho em troca de alguma remuneração. Essas classes ganharam contornos bem definidos a partir da Revolução Industrial. Como disserta Cabral (2019):

A partir da Revolução Industrial e do intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista quase intensificou esse processo diferenciador de funções. Fragmentam-se cada vez mais as tarefas produtivas e as administrativas. (...) Ao mesmo tempo em que essa repartição aumentou a produtividade do trabalho, trouxe também severas consequências sociais para a vida do indivíduo e das classes (CABRAL, 2019, p. 1064).

Ocorre que a Revolução Industrial redefiniu a relação entre capital e trabalho, fazendo surgir um padrão de acumulação de capital mais intenso, centrado na expansão industrial. Diante disso, um novo mundo do trabalho foi se edificando, sendo demarcado pelo papel importante exercido por novos atores (o proletariado) e pela adoção de novas regras (PRONI, 2006).

Em ‘O capital’, assinala Marx (1991) que, com o advento do capitalismo, que criou as classes de assalariado e capitalista, mudou-se a forma de sujeição a qual o trabalho é submetido. Se no passado houve a exploração escravista e a exploração feudal, essas, a partir de então, se transformaram em exploração capitalista. A expropriação, que já ocorria pelo menos desde a antiguidade, passa a ocorrer no regime capitalista com grande violência. Instala-se, nesse sentido, uma nova relação econômica de dominação e subordinação.

Para Cardoso (2006), “há uma mudança na forma da relação de dominação e subordinação” (CARDOSO, 2006, p. 46). Essa relação se torna mais livre. Como o trabalhador é formalmente livre, sua subordinação ao capital é formalmente voluntária. Nesse sentido, é ‘puramente econômica’. Se pontuamos que se trata de uma nova relação de

subordinação na esfera econômica, é porque, no capitalismo, a produção perde sua independência. No feudalismo, por exemplo, embora um produtor fosse subordinado a um senhor, durante seu trabalho ele dispunha de independência e controle sobre o próprio trabalho. Com o capitalismo a coisa muda de figura: ele perde essa independência. Sua produção, aliás, não guarda qualquer traço seu.

Embora o modo de produção capitalista seja caracterizado pela dominância da estrutura econômica, essa, por si só, não é suficiente para a construção da ideia de classe social. Poulantzas (2019) afirma que as classes não estão referidas apenas ao econômico, mas, sim, ao conjunto das estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e às relações que essas mantêm em diversos níveis. Para ele, aliás, as classes sociais são:

(...) o efeito de um conjunto de estruturas e de suas relações, no caso: 1.º) do nível econômico; 2.º) do nível político; e 3.º) do nível ideológico. Uma classe social pode muito bem ser identificada quer no nível econômico, quer no nível político, quer no nível ideológico, podendo, então, ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe enquanto tal e sua apreensão em seu conceito se relacionam com o conjunto dos níveis cujo efeito ela constitui (POULANTZAS, 2019, p. 65).

Ademais, deve-se levar em consideração, como disserta Hobsbawn (2000), que essa divisão da sociedade em classes sociais não passa de um formalismo conceitual, afinal, a noção de classe social é dependente da consciência de classe e tributária da luta de classes. Essa consciência e luta se devem à observação da exploração do proletariado, que se formou em análises econômicas da atual sociedade capitalista, e ao ideal de uma revolução: a revolução do proletariado contra a burguesia exploradora.

Ainda conforme Hobsbawn (2000), a estratificação da sociedade capitalista em burgueses e proletários pode incorrer na invisibilização de classes que conservam diferenças sutis em relação a esses dois polos. Há um ponto muito importante que não pode ser desconsiderado nessa discussão, que consiste na diferença de condição entre trabalhadores formalizados e aqueles que exercem funções de maneira informal. Para compreendê-la, é preciso enveredar pela noção de precarização da classe trabalhadora.

11. A precarização da classe trabalhadora

O conceito de trabalho e o lugar que ele ocupa em um contexto histórico envolve a representação que se faz do trabalhador e daquele que não trabalha. Conforme Marinho (2005), o trabalho passou a ser uma espécie de 'sentido da vida', indo além do problema da sobrevivência, sendo proclamado inclusive como virtude. Nessa linha de raciocínio, encontramos o argumento de Dejours (1987), segundo o qual o trabalho consiste em uma forma de o trabalhador afirmar e reafirmar sua identidade social, por meio de atribuições individuais inseridas por ele mesmo na forma como realiza sua tarefa.

O taylorismo-fordismo, datado do início do século XX, baseava-se na produção de mercadoria em massa, produção que se estruturava de forma mais homogeneizada e verticalizada. Segundo Medeiros e Macêdo (2006):

Esse padrão produtivo teve como elementos fundamentais: o trabalho parcelar e fragmentado e da decomposição das tarefas que reduzem a ação em suas operações mínimas; a separação entre execução e planejamento; o aumento do controle sobre o trabalhador; a cronometragem de cada movimento do operário na execução das operações e da rotinização do trabalho (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 63).

Dessa nova estrutura produtiva, vimos advir a precarização das condições e relações de trabalho, bem como o desemprego estrutural, que fez com que a força produtiva se curvasse a subempregos. Ocorre que, de 1970 para os tempos mais recentes, o mundo produtivo capitalista sofreu transformações muito profundas devido a uma crise de dimensões

abrangentes cujas consequências experimentamos até os dias atuais (ANTUNES, 1999). Nesse contexto de crise:

(...) as várias formas de produção, ou melhor dizendo, a forma de produção então dominante, que era caracterizada pelo que eu chamo do binômio taylorismo-fordismo, aquela grande indústria concentrada, com produção em série, com os controles do cronômetro, com as empresas verticalizadas, geradoras de um operariado produtivo de massa, aquele desenho produtivo taylorista e fordista (que, como disse Henry Ford, permitiria ao consumidor a opção de escolher entre o Ford modelo T cor preta ou outro Ford modelo “T” cor preta e que foi genialmente satirizado por Chaplin no filme Tempos Modernos), aquele padrão produtivo, vigente na indústria e mesmo nos serviços, ao longo praticamente de todo o século XX, deu sinais de esgotamento (ANTUNES, 1999, p. 55–56).

Essa conjuntura fez com que surgissem empresas enxutas, que sustentavam o ideário e a pragmática que caracterizam o modo de produção capitalista de nossos tempos. Em decorrência disso, testemunhamos um enorme processo de precarização da classe trabalhadora. Sobre essa precarização, Mattoso (2000) pontua que se trata do:

(...) aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria. O processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais (p. 8).

Em meio à precarização, surgiu a falácia da qualificação, segundo a qual “é preciso que o trabalhador se ‘qualifique’, porque (...) resta a alternativa – diz ideologicamente o capital — da ‘qualificação’, da busca de ‘empregabilidade’ para o trabalhador sair destas formas de precarização e desemprego mundial” (ANTUNES, 1999, p. 57–58). Concomitante, criou-se também a necessidade imperiosa do capital de se expandir para diferentes formas de trabalhos informais, terceirizados e precarizados. Nesse cenário em que o trabalhador se torna mal remunerado e pouco reconhecido, surge o sentimento de inutilidade, partilhado entre a sociedade, o qual ainda é agravado pela instabilidade da função do trabalhador, pela restrição de seus direitos e pela falta de perspectivas de crescimento em seu cargo.

Porém, não é a inutilidade que está em jogo. O que se tem, na verdade, é a exclusão do trabalhador, mesmo estando ele incluído no mercado de trabalho. Para explicá-lo, recorramos a Sawaia (1999), que opta pela expressão exclusão/inclusão, em vez de simplesmente exclusão, superando o dualismo entre incluídos e excluídos. Segundo ela, essa expressão serve para demarcar que termos aparentemente opostos “(...) não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constituem na própria relação” (SAWAIA, 1999, p. 108). Seguindo essa premissa, ela postula que exclusão pela inclusão não seria a inadaptação (e, com ela, a inutilidade), mas sim, a adaptação à exclusão social. O sujeito estaria inserido em uma forma de remuneração, mas, ao mesmo tempo, comportaria um sentimento de exclusão, o qual, embora acredite que seja de sua responsabilidade, na verdade foi gerado pelas configurações das relações de produção do sistema capitalista de nosso tempo.

Para entender o que se passa na cena do trabalho contemporânea, o conceito de inclusão/exclusão é fundamental, uma vez que as transformações no mundo do trabalho modificaram e modificam o cenário das relações sociais vigentes. Ora, como vimos na seção anterior, existe uma relação direta entre modos de produção e formação social, pela qual a

organização da sociedade e a forma como os sujeitos reagem a ela é determinada pelas transformações das formas dominantes de produção.

Via de regra, os teóricos do trabalho abordam a problemática da inclusão/exclusão sobre o viés da empregabilidade/desemprego. Nesse sentido a condição de desemprego equivaleria à não inclusão (ou à exclusão propriamente dita). Porém, conforme Medeiros e Macêdo (2006), é preciso pensar naqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego.

CONCLUSÃO

Este artigo realizou um breve percurso pela história da divisão social do trabalho com vistas a compreender a situação de precarização do trabalho. Ao longo da primeira seção, buscou-se discorrer sobre os regimes pré-capitalistas. Vimos, em um primeiro momento, que a sociedade humana, em um passado longínquo, não era dividida em classes, o que implicava na distribuição comum das tarefas, formando uma legítima comunidade. Foi com o surgimento de novas demandas materiais, para além das necessidades básicas de sobrevivência, que a sociedade passou por sua primeira estratificação.

Desde então, a forma como o trabalho ocorre — em outras palavras, a forma como os modos de produção foram adquirindo dominância — tem determinado a organização social. Escravos e homens livres, bem como servos e senhores, respondem por formas rudimentares de organizações classistas, as quais, segundo alguns autores, como Hobsbawn (2000), só merecem esse estatuto, a rigor, dentro do sistema capitalista de produção, já que foi mediante a formação da classe trabalhadora que assistimos ao estabelecimento de uma consciência de classes. Foi sobre isso que este estudo se debruçou na segunda seção, a qual ainda discorreu sobre as estratégias capitalistas que levaram à precarização da classe trabalhadora.

O presente artigo buscou realizar um panorama das relações de trabalho ao longo da história, de modo a compreender a condição dos trabalhadores precarizados de nosso tempo. É importante destacar que, embora as teorias clássicas nos ajudem a ter uma visão geral sobre o trabalho, elas contribuem de forma parcial para pensar a precarização do trabalho na atualidade. Ora, por mais que nos tempos mais remotos os trabalhadores fossem submetidos, na esteira de produção do tear fabril, a situações precárias, elas, de maneira nenhuma, se comparam com o que vemos hoje, por exemplo, nas cooperativas de reciclagem e/ou ruas: nela, os trabalhadores convivem com dejetos enquanto suprem suas necessidades alimentícias, não havendo tempo para que possam fazer separadamente essas duas coisas. Estamos tratando da precarização extrema. Fato que não se podia imaginar a luz das teorias marxistas propostas pelos clássicos. Portanto, se faz necessário recorrer às pesquisas mais recentes (ANTUNES, 2006; ROSADO, 2009).

Vale dizer que este artigo de revisão de literatura serve de entendimento das evoluções teóricas no espaço e tempo e que contribuem para estudos futuros mais focados na questão da precarização do trabalho em casos específicos. Ora, como dissemos, e agora insistimos, a produção da existência social está intimamente ligada às relações de produção. Ademais, este trabalho pretende servir como base para estudos sobre a precarização, visando, para um outro momento, subsidiar a compreensão da situação precária em que se encontram os catadores de materiais recicláveis.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à FAPEMIG pela concessão de bolsa de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diogo de Calasans. O surgimento do “estado” e da “propriedade privada” na Idade Antiga e na Idade Média. *Passagens*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 309–324, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55–72, dez. 1999. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v2/v2a08.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1970/1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CABRAL, Hélio Ricardo Moraes. **Moderno dicionário de Economia**. Joinville: Clube de Autores, 2019.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre as relações sociais capitalistas. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 25–66. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_1.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251–276, maio/ago. 2011.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. *In*: ENGELS, Friedrich *et al.* **Introdução ao estudo do marxismo**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945, p. 15–81.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2001, v. 4.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. *In*: SOUZA, P. C. (org.). **Obras completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2010, v. 18, p. 13–122.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve reconstituição histórica. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e19725>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. *In*: LAPA, J. R. A. (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43–65.

HARARI, José. Introdução à economia política. *In*: ENGELS, Friedrich *et al.* **Introdução ao estudo do marxismo**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945, p. 216–348.

HOBSBAWN, Eric John. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984/2000.

LOCH, Clésar Luiz; CORREIA, Guilherme Silveira. A flexibilização do trabalho e da gestão de pessoas limitadas pela racionalidade instrumental. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 6, n. 12, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4013836.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

MARINHO, Márcia do Carmo Naves. **As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na formação do executivo**. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 1859/2008.
- MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1857/1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7–46, [1848] set./dez. 1998.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 62–71, maio/ago. 2006.
- NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PINSKY, Jaime *et al.* **O modo de produção feudal**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. Duas teses sobre o trabalho no capitalismo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 23–25, out./dez. 2006.
- RIBEIRO, Júlio César. A geografia do modo de produção comunista primitivo. **Formação**, Presidente Prudente, v. 12, n. 2, p. 23–34, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/643>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- ROSADO, Rosa Maris. **Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17408/000716714.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.
- SANTOS, Paula. Legado de Karl Marx. **Expresso**, 21 fev. 2018. Disponível em: <http://expresso.pt/blogues/blogue_trocando_em_miudos/2018-02-21-Legado-de-Karl-Marx>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SEGAL, Lev. O desenvolvimento econômico da sociedade. *In*: ENGELS, Friedrich *et al.* **Introdução ao estudo do marxismo**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945, p. 349–394.
- SILVA, Graciette Borges da. Critérios de estratificação social. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 38–45, fev. 1981.
- VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014.
- WEB-RESOL. Estatísticas sobre o lixo brasileiro. **WEB-RESOL**, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/curiosidades/curiosidades2.php?id=4040>>. Acesso em: 22 fev. 2021.